

A PROPÓSITO DA REPÚBLICA DA IGNORÂNCIA

Em 1986, quando foi publicado o último índice oficial do período, os investimentos do Estado em Educação eram da ordem de 5,8% do orçamento nacional. Dois anos depois, promulgada a nova Constituição do país, o artigo 212 previa, para essa mesma área, investimentos de, no mínimo, 18% do orçamento nacional.

Ora, não é preciso ser nenhum especialista em administração de recursos financeiros para perceber que é praticamente impossível realocar tamanho volume de ativos em tão curto período de tempo. Creio que foi o antropólogo Roberto DaMatta quem chamou atenção para o fato de, no Brasil, a lei estar sempre buscando "corrigir" e nunca se adequar à realidade.

Sem entrar no mérito da capacidade legislativa e administrativa de nossos homens públicos, existe hoje uma situação que se agrava a cada dia que passa e, o que é mais grave, corre o risco de tornar-se irreversível. Essa é a impressão que fica após uma primeira avaliação dos dados publicados por esta FOLHA na série "República da Ignorância".

Que futuro espera um país que tem cerca de 5 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola; e onde 83% dos jovens com idades entre 15 e 19 anos não estão cursando o 2o. Grau? Na última década, a "década perdida", apenas 6 de cada 100 alunos matriculados na primeira série do primeiro grau chegaram ao curso superior e, se nada for feito no sentido de reverter essa situação, é bem possível que esse número seja ainda menor nesta década.

Um outro índice muito pouco animador, diz respeito à situação da pesquisa no Brasil: parques 0,7% do PIB nacional são dedicados à este fim. Em um levantamento realizado entre 1981 e 1990 pelo Institute for Scientific Information (ISI), dos Estados Unidos, junto aos países que produziram mais de 10 mil pesquisas ao longo da década, e divulgado recentemente por uma revista de circulação nacional, o Brasil aparece em 27o. lugar.

Se nos restringirmos ao terceiro grau, veremos que o atual sistema do vestibular coloca nas universidades públicas - as mais concorridas - alunos de renda elevada, justamente aqueles que, na maior parte das vezes, estudaram em colégios particulares com mensalidades as mais caras.

× O ensino público brasileiro, portanto, está repleto de alunos que podem, e devem, torna-lo mais eficiente através do pagamento das mensalidades escolares. Ou seja, a universidade brasileira deve ser paga pelos alunos que têm renda e, com isso, subsidiar aqueles que não têm e que acabam fora das universidades ou pagando uma mensalidade muito além de seus recursos, sacrificando o aprendizado por terem que trabalhar exaustivamente para honrar o compromisso assumido.

Por outro lado, não podemos nos esquecer também que, no Brasil, o ensino privado de terceiro grau, que forma 66% dos universitários brasileiros, está mais preocupado em ganhar dinheiro do que investir em pesquisa.

O problema, evidentemente, não é o lucro que as instituições de ensino privado possam ter com o seu negócio, muito pelo contrário; mas em não cumprir a função de geradoras de novas idéias e tecnologias, liberando em parte o Estado para aplicar seus recursos em áreas mais prioritárias. O Estado, por sua vez, não deve se eximir por completo de suas responsabilidades de agente da melhoria da qualidade de vida, investindo uma parcela mais significativa de seus recursos em pesquisa.

Caso contrário, continuaremos a reboque dos países do chamado primeiro mundo, sem conseguir, jamais, nos integrarmos à nova ordem econômica mundial e, o que é mais grave, sem resolver problemas estruturais que impedem ao nosso povo o acesso a uma vida qualitativamente melhor.